

Informações numa fronteira ibero-americana: limites e defesa da Capitania do Rio Negro (1780-1800)

Carlos Augusto BASTOS¹

Resumo: Na segunda metade do século XVIII, Portugal e Espanha procuraram resolver suas disputas territoriais na América Meridional enviando conjuntamente partidas delimitadoras de fronteira para áreas como a Amazônia. Durante as demarcações, os contatos regulares entre oficiais espanhóis e portugueses viabilizavam a troca de informações entre os territórios coloniais vizinhos. Nesse artigo, objetiva-se analisar as formas de circulação de informações na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e os domínios espanhóis nas décadas finais do século XVIII. A análise baseou-se em documentos produzidos por autoridades ibéricas, e indicou a importância do fluxo transfronteiriço de informações (escritas e orais) para a formulação das políticas de defesa no extremo norte da América lusa.

Palavras-chave: limites; circulação de informações; Capitania do Rio Negro.

Informaciones en la frontera ibero-americana: límites y defensas de la Provincia del Río Negro/Brasil (1780-1800)

Resumen: En la segunda mitad del siglo XVIII, Portugal y España buscan resolver sus disputas territoriales en América del Sur mediante el envío conjunto de comisiones demarcadoras de frontera hacia áreas como la Amazonía. Durante las demarcaciones, los contactos regulares entre oficiales españoles y portugueses tornaron viable el intercambio de informaciones entre los territorios coloniales vecinos. Este artículo tiene como objetivo analizar las formas de circulación de informa-

¹ Doutor em História, professor de História da América no Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: carlosbastos@unifap.br

ciones en la frontera entre la Capitanía de Río Negro y los dominios españoles en las últimas décadas del siglo XVIII. El análisis se ha basado en documentos elaborados por las autoridades ibéricas, e indicó la importancia del flujo transfronterizo de información (escrita y oral) para la formulación de las políticas de defensa en el extremo norte de la América lusa.

Palabras clave: límites; circulación de informaciones; Capitanía de Río Negro.

Este artigo aborda as circulações de informações no extremo norte da América portuguesa (mais especificamente na Capitania do Rio Negro) no final século XVIII, por ocasião dos trabalhos de demarcação de fronteiras empreendidos nas décadas de 1780-1790. Conforme será argumentado, as atividades demarcatórias, envolvendo representantes das Coroas de Portugal e Espanha, viabilizaram a consumo e a troca de informações políticas em um espaço fronteiriço como o do vale amazônico. Tais informações, por sua vez, eram estratégicas para subsidiar as ações de reconhecimento e demarcação de um território cujos limites eram objeto de disputas entre os Impérios ibéricos.

Nas décadas finais do Setecentos, a definição dos limites territoriais na América do Sul voltou a ser um desafio enfrentado por Portugal e Espanha. Em 1777, as duas Coroas firmaram em San Ildefonso de la Granja um tratado preliminar de limites para as possessões americanas e asiáticas, determinando a interrupção das hostilidades nas fronteiras e oficializando a intenção de resolver as pendências territoriais. Em 1778, portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Amizade, Garantia e Comércio. A partir de 1780, as autoridades ibéricas iniciaram os trabalhos de delimitação das fronteiras entre as Américas espanhola e portuguesa, almejando definir os espaços de seus impérios no continente (VIDAL; MARTINEZ RUIZ, 2001, p. 318).

Segundo o Tratado de Santo Ildefonso, a demarcação deveria ser feita por quatro divisões luso-espanholas. A chamada Quarta Partida ficou responsável pela raia fronteiriça norte, compreendendo parte do vale amazônico. A direção da Partida portuguesa ficou a cargo, de 1780 a 1788, de João Pereira Caldas. A Partida espanhola, por sua vez, foi dirigida pelo coronel Francisco Requena y Herrera, que também acumulou o cargo de governador da Província de Maynas (a qual fazia parte da Audiência de Quito). A comissão por-

tuguesa, composta por cerca de 500 pessoas, chegou à vila de Barcelos, na Capitania do Rio Negro, em outubro de 1780. No mês de abril de 1781, os espanhóis chegaram à vila de Tabatinga (fronteira com Maynas), trazendo aproximadamente 300 indivíduos. O ponto de reunião das duas partidas foi a vila de Ega. Entre as tarefas exercidas pelas comissões estavam o reconhecimento dos rios e a instalação de marcos divisórios na fronteira luso-espanhola (TORRES, 2011).

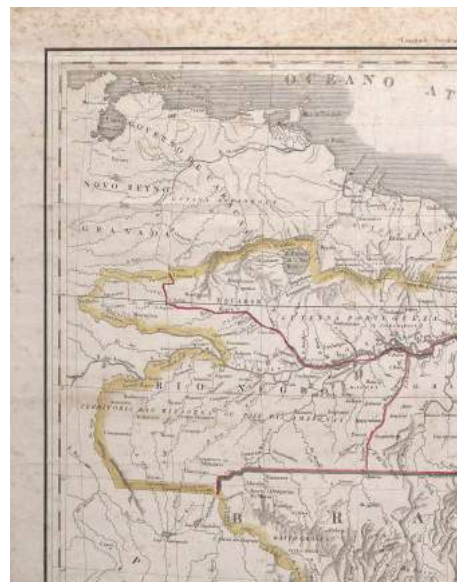
As aproximações diplomáticas e o trabalho conjunto das duas partidas não eliminaram as discordâncias e desconfianças na relação entre os representantes das Coroas ibéricas. Questões como a posse de Tabatinga, localizada na fronteira entre Rio Negro e Maynas e reivindicada pelos espanhóis e rechaçada pelos portugueses, e a possibilidade de eclosão de novos conflitos militares marcaram a convivência das duas Partidas na região. No final da década de 1780, as desavenças entre portugueses e espanhóis foram agravadas, na medida em que os demarcadores portugueses procuraram controlar a circulação da comissão de Requena. Em 1791, a Comissão espanhola retirou-se de volta para o lado espanhol da fronteira, pondo fim ao trabalho conjunto das autoridades ibéricas na demarcação dos limites (BASTOS, 2011).

Nesse artigo, não se pretende analisar os trabalhos de demarcação de fronteiras empreendidos pelas Partidas luso-espanholas nos rios e florestas do extremo norte da América lusa. O que se pretende abordar são as circulações de informações nesse espaço fronteiriço, envolvendo demarcadores e outros sujeitos. A análise privilegiará o espaço da Capitania do Rio Negro nas décadas finais do XVIII. Essa capitania, criada em 1755, era subordinada à do Pará, formando com esse o Estado do Grão-Pará e Rio Negro. No período em questão, o Rio Negro constituía uma ampla área no extremo norte da América portuguesa, e fronteira aos domínios espanhóis (Capitania Geral da Venezuela, Novo Reino de Granada, Audiência de Quito) e holandeses (Suriname) (DOMINGUES, 1994, p. 718-722).

Por conta dos trabalhos de demarcação no período, os fluxos de homens, bens e informações foi frequente na raia fronteiriça do Rio Negro com a América espanhola. No que se refere às informações, a realização dos trabalhos das Partidas demarcadoras luso-espanholas exigia que seus oficiais se mantivessem atualizados sobre os acordos diplomáticos firmados entre as duas Cortes, bem como sobre as orientações da política externa de seus reinos. Definir a espacialidade dos domínios americanos demandava acompanhar as mudanças con-

junturais das políticas imperiais, o que envolvia intrinsecamente as metrópoles europeias e suas colônias no ultramar. Além disso, para os oficiais demarcadores era igualmente importante colher informações sobre o que ocorria nos territórios coloniais vizinhos, suas mudanças político-administrativas, o estado de sua economia e de sua defesa militar. Nessa zona de fronteira no período em questão, as diferentes formas de circulação de informações revestem-se de um caráter estratégico para a manutenção das políticas imperiais ibéricas para a América.²

A interação entre as duas Partidas ibéricas na Capitania do Rio Negro impulsionou a circulação de informações nas fronteiras ibero-americanas. Com recorrência, oficiais portugueses e espanhóis trocavam entre si ofícios e periódicos, fontes de informações sobre a conjuntura política europeia e americana. A convivência entre os participantes das demarcações também possibilitava a comunicação sobre as transformações em curso nos dois lados da fronteira. As formas de circulação de informações durante os trabalhos das Partidas demarcadoras e a importância dessas notícias na condução da política de delimitação territorial serão questões abordadas nesse artigo.



Capitania do Rio Negro
“Nova carta do Brazil e da América Portuguesa, 1821” [detalhe].
Disponível on-line: <http://purl.pt/880/3/>

Circulação transfronteiriça de informações no Rio Negro durante as demarcações: troca de ofícios entre oficiais espanhóis e portugueses

Os entendimentos diplomáticos firmados por Espanha e Portugal facilitaram a troca de informações

² A intrínseca relação entre estruturas imperiais e circulação de informações foi um tema explorado pelo trabalho clássico de Harold Innis (1986).

entre os representantes das duas Coroas nas fronteiras americanas. O trabalho conjunto das comissões portuguesa e espanhola ampliou as possibilidades de circulação de informações na raia fronteiriça da América ibérica. Os rios do vale amazônico que conectavam os contíguos espaços luso e hispano-americanos constituíram canais de circulação de informações políticas, o que foi dinamizado graças às aproximações e trocas de correspondências sustentadas por oficiais e outras autoridades que atuavam nessas áreas. Entre as décadas de 1780 e 1790, autoridades ibéricas envolvidas nas demarcações trocaram entre si ofícios, cartas e outros documentos, por meio dos quais notificavam o andamento do empreendimento de reconhecimento do espaço e definição de limites territoriais, como também relatavam questões políticas vivenciadas por suas monarquias. A condução das políticas para as zonas fronteiriças requeria o acompanhamento das disputas entre os impérios ultramarinos europeus, bem como a interpretação sobre suas possíveis implicações nas partes americanas.

Alguns dos conflitos ocorridos no cenário europeu tornaram-se, assim, tema das comunicações trocadas entre autoridades da fronteira no período das demarcações. Em 1780, Francisco Vitorino José da Silveira, comandante de Tabatinga, informou a João Pereira Caldas, comandante da Partida demarcadora portuguesa no Rio Negro, ter recebido do lado espanhol da fronteira “notas e notícias da guerra e combate da Espanha, França e Grã-Bretanha.”³ Algumas das notícias foram remetidas de San Joaquin de Omáguas (localidade na Província de Maynas) por Felipe de Arechua y Sarmiento, Segundo Comissário da Partida espanhola. Escrevendo ao comandante de Tabatinga, Arechua y Sarmiento relatou o “combate naval de nuestras escuadras contra la Inglaterra.” Os navios de guerra espanhóis, tendo partido de Cádiz, juntaram-se a navios franceses, seguindo todos para a costa irlandesa, onde entraram em confronto com a esquadra inglesa. Arechua y Sarmiento informou também que os espanhóis na América esperavam a chegada de novas gazetas vindas da Europa com informações sobre um possível desembarque franco-espanhol na Irlanda. Também relatou sobre a movimentação de esquadras de guerra espanholas em Cartagena e La Habana, indicando a eminência de um enfrentamento contra os britânicos na região do Caribe.⁴

3 Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Códice 362, Documento 11. Ofício de Francisco Vitorino José da Silveira a João Pereira Caldas. Tabatinga, 22/08/1780.

4 APEP, Códice 362, Documento 12. Ofício de Felipe de Arechua y Sarmiento a Francisco Vitorino José da Silveira. Omáguas, 13/07/1780.

O cenário europeu dos conflitos imperiais era acompanhado pelas autoridades ibéricas nos espaços fronteiriços americanos, informando-se o contexto político internacional do qual os trabalhos de demarcação faziam parte. As comunicações enviadas pelo oficial espanhol ao português sobre a aliança franco-espanhola e a guerra aos britânicos, por um lado, corroborava o entendimento diplomático que deveria marcar as relações hispano-portuguesas a partir do final dos anos de 1770. Por outro, tais informações alimentavam as expectativas quanto ao enquadramento do mundo americano nesses conflitos, como a possível mobilização militar no Caribe espanhol contra as colônias britânicas, algo que fora marcante na região caribenha durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Essa inter-relação de conflitos europeus e americanos, própria dos Impérios ultramarinos do período (ELLIOTT, 2011, p. 431-443), envolvia as zonas confinantes luso-espanholas, onde o sucesso da definição dos limites na América Meridional dependia não apenas do bom andamento dos trabalhos de demarcação nas fronteiras americanas, mas também da manutenção do entendimento diplomático entre as Cortes de Lisboa e Madri. Por fim, como observa Richard D. Brown (1989, 246) para a América do Norte, notícias sobre guerras alcançavam audiências mais vastas e localidades mais distantes em tempos mais curtos do que notícias consideradas “habituais,” transcendendo rotas tradicionais de informação sustentadas por redes de comércio e de circulação de impressos. Tais considerações de Brown servem de referência para compreender a divulgação entre oficiais demarcadores na fronteira capitania do Rio Negro de informações sobre conflitos militares na Europa e no Caribe.

Além dos problemas enfrentados pelos reinos de Portugal e Espanha no Velho Mundo, durante as demarcações luso-espanholas ocorreram sérios desafios às autoridades coloniais no continente americano. No início da década de 1780, as áreas andinas da América vivenciaram grandes sublevações indígenas, colocando em risco o poder espanhol sobre essa parte do continente. As revoltas no Vice-Reino do Peru e na Audiência de Charcas, entre 1780 e 1782, contestaram as reformas de tributação direcionadas às comunidades indígenas. A rebelião passou a apresentar anseios mais amplos, como o rompimento dos laços de vassalagem com a Monarquia espanhola, buscando legitimar a ideia de restauração do Império Inca, com seu principal líder, José Gabriel Condorcanqui, reivindicando para si o título de imperador Túpac Amaru II (O'PHELAN GODOY, 2012). No Alto Peru, os movimentos encabeçados por Tomás Katari e

Túpac Katari, ao mesmo tempo em que mantiveram relações com as revoltas *tupamaristas*, representaram os objetivos das comunidades indígenas aymaras em seus conflitos com as autoridades coloniais (SERULNIKOV, 2010).

Os levantes indígenas nos Andes também foram abordados pelos oficiais demarcadores ibéricos nas zonas limítrofes do continente. Entre os espanhóis havia o temor de que índios sublevados partissem para a fronteira luso-americana, ou mesmo que obtivessem apoio de portugueses em sua luta. O Primeiro Comissário espanhol e Governador de Maynas, Francisco Requena, informou as autoridades da Partida portuguesa no Rio Negro sobre a “escandalosa y muy sensible novedad de haberse sublevado un indio rebelde y traidor llamado José Gabriel Túpac Amaru”. Em ofício dirigido a Pereira Caldas, Requena sublinhou a importância de que também se avisasse ao governador do Mato Grosso sobre esse acontecimento, a fim de que fossem detidos rebeldes que fugissem para o lado português da fronteira. Afinal, como ressaltou Requena, existiam comunicações entre Cuzco e a Província de Moxos, a qual era, por sua vez, fronteira à Capitania do Mato Grosso, no extremo oeste do Brasil, devendo seu governador guardar, por isso, “prudente resguardo en caso de algunas invaciones” de índios sublevados do lado espanhol.⁵

Em resposta ao chefe da Partida espanhola, João Pereira Caldas assegurou ter comunicado ao governador de Mato Grosso sobre “o escandaloso sucesso na Província de Cuzco.”⁶ As notícias sobre a enorme rebelião indígena no Peru, de fato, partiam com mais detalhes da Audiência de Charcas à Capitania do Mato Grosso. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, governador e capitão-general da Capitania do Mato Grosso, havia recebido de autoridades espanholas vizinhas notícias sobre as “circunstâncias críticas e sem dúvida perigosas a que os domínios mais interiores do Peru se têm visto reduzidos ultimamente.” Sintetizando algumas dessas informações em ofício dirigido a Pereira Caldas, o governador do Mato Grosso informou-lhe sobre as notícias de que os índios daquela parte da América espanhola estavam envolvidos “em uma guerra a mais cruel, dizem que lembrara sacudir o jugo espanhol pela excessiva vexação, principalmente de tributos, que experimentavam.” Esse estado crítico, na avaliação do governador do Mato Grosso, contribuía para atrasar o trabalho de demarcação da extensa fronteira luso-espa-

5 APEP, Códice 375, Documento 42. Ofício de Francisco Requena a João Pereira Caldas. Tabatinga, 06/05/1781.

6 APEP, Códice 376, Documento 54. Ofício de João Pereira Caldas a Francisco Requena. Barcelos, 04/10/1781.

nhola de sua capitania, mas ao mesmo tempo ressaltava sua desconfiança quanto à veracidade de tais informações, sabedor que era do “disfarce e dissimulação notórios” das relações com os espanhóis na fronteira.⁷

A chegada de novos relatos do lado espanhol da fronteira sobre a guerra contra os índios, destacando a derrota dos sublevados, inspirou mais desconfianças em Pereira e Cárceres. Pelo Forte do Príncipe da Beira, limítrofe às terras espanholas, chegaram ofícios castelhanos sobre as sublevações indígenas, constando a notícia de que “o chefe dos levantados, Don José Gabriel Tupac Amaru, se achava preso e na disposição de ser justicado.” O governador do Mato Grosso, no entanto, recebeu as novidades dos espanhóis com dúvidas, “divulgadas talvez muito de propósito pelos espanhóis, com a sagacidade de não afeiar a mencionada sublevação, que aliás consta ser coisa muito grande.” Comunicando-se com os membros da Partida demarcadora no Rio Negro, o governador do Mato Grosso teceu também conjecturas sobre as ameaças contra as fronteiras da América lusa, assinalando a possibilidade de que os espanhóis estivessem preparando ofensivas militares contra os portugueses, devidamente “disfarçadas” como ações de punição contra os índios sublevados.⁸

O fluxo para o território luso-americano de notícias sobre as revoltas indígenas nas terras hispano-americanas revelava-se importante para os vassallos portugueses, os quais, a partir de diferentes fontes de informações, geriam as suas expectativas quanto às possíveis consequências desse evento para suas fronteiras. Informações sobre as revoltas indígenas mesclavam-se com temores de que os portugueses acolhessem ou apoiassem os sublevados, ou de que os espanhóis estivessem se utilizando dessas notícias para encobrir seus planos militares contra as fronteiras luso-americanas. As diferentes leituras realizadas do lado luso-americano atestavam a permanência das rivalidades imperiais e como as mesmas constituíam importantes “filtros” nas interpretações gestadas pelas autoridades portuguesas a partir do que era comunicado nas relações fronteiriças.

Além disso, tal fluxo de informações valia-se de rotas fluviais que interligavam o território ibero-americano, construindo caminhos alternativos de circulação

7 Mato Grosso, AHU (*Projeto Resgate*). Ofício do Governador e Capitão-General do Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 27/10/1781.

8 Mato Grosso, AHU (*Projeto Resgate*). Ofício do Governador e Capitão-General do Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 14/02/1782.

de notícias e boatos. Tratava-se de rotas sustentadas pelas interações mantidas entre as comunidades indígenas locais e pelas trocas mercantis transfronteiriças. No caso em questão (a circulação de notícias sobre as rebeliões andinas), as capitânicas de Mato Grosso e Rio Negro se interligavam pelo rio Madeira, através do qual seguiam embarcações comerciais do extremo norte ao oeste da América lusa (LAPA, 1973, p. 36-43). Quanto às zonas limítrofes com a Audiência de Charcas, havia atividades de contrabando e de deslocamentos indígenas na região, aproximando os habitantes dos dois lados da fronteira (SANTOS, 1998). Esses tradicionais caminhos comerciais e de migrações funcionavam, assim, como espaços de circulação de informações, conectando partes do território luso-americano e este ao lado espanhol.

Deve-se ainda ter em conta que essas rotas transfronteiriças de circulação de informações mostravam-se mais rápidas do que as comunicações oficiais que partiam de Belém em direção aos pontos interiores no extremo norte da América portuguesa. É possível compreender essas diferenças de duração levando em conta as estimativas sobre o tempo de viagem das embarcações que circulavam pelos rios da região. No século XVIII, uma embarcação que navegasse de Belém rumo às localidades mais distantes do Rio Negro, e das mesmas de volta para Belém, poderia levar até nove meses de viagem (LOPES, 2013, p.213). A título de comparação, o tempo médio da viagem marítima entre Belém e Lisboa no mesmo período era de cerca de um mês. Assim, para as autoridades lusas no Rio Negro as notícias vindas do outro lado da fronteira poderiam chegar mais rapidamente a seu conhecimento do que aquelas remetidas a partir de Belém, sendo importantes para orientar suas interpretações sobre o que ocorria no espaço hispano-americano ou em outros pontos do mundo atlântico.

A leitura de periódicos pelos membros das Partidas no Rio Negro

O acesso mais amplo a informações por parte dos oficiais envolvidos nos trabalhos de demarcação exigia a circulação de documentos que trouxessem relatos considerados confiáveis ou tidos como oficiais, o que poderia ser concretizado através da troca de periódicos entre os membros das Partidas de demarcação. Deve-se destacar que, ao longo do século XVIII, ocorreu a proliferação de periódicos publicados nas principais cidades hispano-americanas, bem como remessas mais constantes para as Américas de gazetas produzidas na Europa. O consumo de gazetas desempenhava uma função importante nas formas de construção das interpretações

políticas, destacando-se o papel da imprensa (composta primordialmente por jornais oficiais) como arma de propaganda nas conjunturas de conflitos bélicos internacionais (TENGARRINHA, 2013; GONZÁLES CRUZ, 2011; COPELAND, 2004, 145-146).

No que diz respeito ao Rio Negro durante as demarcações, o intercâmbio de gazetas era uma demonstração de cordialidade diplomática entre as partidas demarcadoras, mas principalmente um recurso de instrução sobre o contexto político internacional e suas possíveis implicações nas negociações sobre os limites territoriais. Os oficiais demarcadores, ao receber e ler os periódicos vindos do território vizinho, frequentemente os remetiam para as principais autoridades locais, resumindo as informações que consideravam mais relevantes nessas publicações. Nessa “triagem” de notícias realizada pelos demarcadores, ganhavam destaque aquelas sobre as casas reais ibéricas, seus gestos protocolares de aproximação, a saúde de seus membros e as sucessões monárquicas, questões políticas recorrentes e importantes nas monarquias do Antigo Regime.

Deve-se destacar que o tempo de circulação e divulgação da informação por meio de periódicos revelava-se extremamente lento quando comparado a outras formas de transmissão de informações. Assim, no dia sete de outubro de 1789, o oficial português Henrique João Wilckens foi oficialmente comunicado pelo Primeiro Comissário Requena do falecimento do monarca espanhol Carlos III (ocorrido no dia 14 de dezembro de 1788) e da ascensão ao trono de Carlos IV. Wilckens soube disso de maneira mais circunstanciada por meio de uma coleção de gazetas remetidas a ele por Requena. A demora do Comissário espanhol em informar a morte do rei certamente se devia não apenas às dificuldades de contato da área de fronteira com outras partes do império e a conseqüente demora na circulação de periódicos,⁹ mas também à cautela dos oficiais em selecionar o que contar aos portugueses e em qual momento fazê-lo. Antes de ser comunicado por Requena e receber as gazetas espanholas, Wilckens já soubera da morte de Carlos III através das “canoas vindas da confinante Província de Maynas.”¹⁰ Wilckens percebia também que

9 Segundo Claudia Rosas Lauro (2006, 67-68), a *Gaceta de Madrid*, considerada uma das principais fontes de notícias, demorava de cinco a oito meses para chegar a Lima, onde costumava ser reeditada. Esse periódico madrileno era remetido duas vezes por semana da Península, chegando a Lima principalmente pelas rotas de La Habana e Buenos Aires.

10 Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), Arquivo Ponte Ribeiro, A-36: Correspondência de Diversos com o Governo (1762-1803). Ofício de Henrique João Wilckens a Manoel da Gama Lobo d'Almada. Ega, 13/10/1789.

os participantes da comissão espanhola estavam à espera de determinações mais recentes vindas pelo correio de Quito, pois a coroação de Carlos IV poderia trazer novas orientações para o assunto das demarcações. Mas até aquele momento, soube o oficial português, o novo monarca estaria mais ocupado em “fazer novas promoções em todas as repartições e governos do Reino e Conquistas,” não sendo ainda possível naquela altura prever os possíveis desdobramentos de tal mudança na questão das demarcações.¹¹

As gazetas enviadas pelos demarcadores espanhóis quando decidiram comunicar oficialmente os portugueses sobre a mudança no trono em Madri conferiam, assim, maior credibilidade a notícias que já circulavam informalmente (e de maneira mais rápida) no espaço da fronteira. A informação transmitida através da oralidade, nos contatos entre participantes das duas comissões demarcadoras, revelava-se muito mais ágil, porém certamente menos precisa do que aquelas divulgadas pelas gazetas, ampliando as margens de incerteza na condução das políticas diplomáticas no espaço fronteiriço. Isso não significa afirmar que os periódicos fossem mais “isentos” ou “verdadeiros,” tendo em vista as recorrentes censuras e omissões de informações presentes nessas publicações (BELO, 2004; GONZÁLES CRUZ, 2011). Contudo, a informação “contada” ou “narrada,” ainda que fosse estratégica na fronteira, estava sujeita a mais reelaborações e adaptações, de modo que as autoridades deveriam mostrar-se cautelosas com o que sabiam somente através de relatos orais, procurando cruzá-los com outros suportes de informação, a exemplo das gazetas. Havia, assim, a complementaridade de fontes orais, manuscritas e impressas de informação, adensando as possibilidades de interpretação dos sujeitos encarregados do reconhecimento e defesa dos limites territoriais.

Deve-se ainda sublinhar que as aproximações mantidas entre oficiais das duas Partidas demarcadoras abriam rotas alternativas de circulação de periódicos portugueses e espanhóis na América, alcançando pontos remotos do continente, conectando-os a acontecimentos e questões referentes a outros espaços do mundo atlântico. Os resumos de notícias, realizadas pelos oficiais demarcadores quando remetiam as gazetas das áreas de fronteira para os núcleos administrativos regionais (como a cidade de Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Rio Negro), evidenciam que os fluxos de

informações não seguiam necessariamente um sentido “centro-periferia.” Relatos sobre questões fundamentais para as Monarquias (como a sucessão de um monarca) poderiam chegar ao Rio Negro não somente através de comunicados enviados a partir de Lisboa e de Belém, por exemplo, mas também mediante contatos mantidos entre autoridades ibéricas durante as demarcações.

Entre os temas que também passaram a ocupar espaço nos periódicos que circulavam na América de finais do século XVIII estava a Revolução Francesa. No final da década de 1780 e início da seguinte, as interações entre as partidas demarcadoras luso-espanholas no Rio Negro possibilitaram a divulgação de notícias sobre os sucessos que estavam se desenrolando na França, alterando profundamente a Monarquia francesa e lançando ameaças sobre outros países europeus. Os periódicos castelhanos que chegavam às mãos dos militares demarcadores portugueses traziam relatos sobre a crise da monárquica francesa, causando uma recepção surpresa e cautelosa entre os oficiais que serviam nos sertões do norte da América lusa. Escrevendo ao governador da Capitania do Rio Negro em 1789, atentou Henrique João Wilckens que, “em uma das ditas cópias [das gazetas espanholas], verá (...) que correm novidades importantes sobre a celebração das Cortes em Versalhes, mas não dou as ditas novidades porque ainda duvido delas.”¹² No ano seguinte, Wilckens ofereceu ao Primeiro Comissário espanhol outras gazetas, “algumas mais modernas,” e que contavam “miudamente o levantamento de Paris.” Mas existiam outras notícias, “ainda mais desvantajosas para El Rey de França e contra a nobreza de Paris,” que Wilckens decidiu não transmitir aos espanhóis, “porque receio que não são verdadeiras,” como justificou ao governador do Rio Negro.¹³ Nos fluxos de informações empreendidos pelos demarcadores, tão importante quanto o que compartilhar era o que não dizer, mantendo-se em sigilo dados e relatos considerados duvidosos ou estratégicos, selecionando-se as notícias que conviriam ser transmitidas para as autoridades vizinhas.

A demanda por informações dos membros das Partidas demarcadoras a respeito dos acontecimentos na França obedecia à necessidade das autoridades ibéricas na fronteira de fundamentar seus planejamentos políticos com base nas experiências em curso, tanto no espaço americano quanto no europeu. No caso da Revolução Francesa, seus sucessos apontavam com veemência

11 PCDL, Arquivo Ponte Ribeiro, A-36: Correspondência de Diversos com o Governo (1762-1803). Ofício de Henrique João Wilckens a Manoel da Gama Lobo d’Almada. Ega, 13/10/1789.

12 APEP, Códice 461, Documento 38. Ofício de Henrique João Wilckens a Manoel da Gama Lobo d’Almada. Barcelos, 22/12/1789.

13 APEP, Códice 461, Documento 66. Ofício de Henrique João Wilckens a Manoel da Gama Lobo d’Almada. Barcelos, 14/05/1790.

a crise do Absolutismo e do Antigo Regime, alterando igualmente o equilíbrio de forças na Europa, o que certamente traria consequências para as zonas coloniais (JANCSÓ, 1996, p. 164).

Relatos orais na fronteira

Além dos documentos manuscritos e impressos, a oralidade desempenhava um papel de peso na circulação de informações no espaço fronteiriço do Rio Negro. As informações inicialmente transmitidas a partir de suportes manuscritos ou impressos eram comumente difundidas (e reelaboradas) pela transmissão oral, já que a prática da leitura em público ou coletiva era bastante comum na América do período, possibilitando o conhecimento e a discussão de ideias e acontecimentos entre um público não alfabetizado (VILLALTA, 1997, p. 382). De fato, não se tratava de um dado característico apenas das áreas de fronteira ou do mundo colonial americano, sendo possível identificar esse protagonismo da oralidade nas formas de comunicação em outras sociedades de Antigo Regime. Tratando da Europa moderna, Asa Briggs e Peter Burke salientam a variedade e a vitalidade da comunicação oral no período, destacando seu peso para a disseminação de informações (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 36-39). É necessário, porém, observar que não há uma barreira rígida entre o oral e o escrito, na medida em que é possível ocorrer a transposição da informação “contada” para a “escrita.” Sobre isso, William Slauter (2006, p. 26 e pp. 47-48), estudando a cobertura dos periódicos britânicos e franceses à Revolução Americana, destaca a importância dos relatos orais dos capitães de navios que cruzavam o Atlântico como fontes para o que era publicado na imprensa, a qual transformava rumores contados em alto mar em notícias impressas que circulavam na Europa.

Deve-se atentar que em áreas de fronteira como a focada nesse artigo, e em razão das tensões e desconfianças que permeavam a relação entre as autoridades locais, ouvir relatos sobre o que se passava no outro lado ou descrições do espaço vizinho adquiria uma função estratégica no conhecimento do território e no planejamento militar. As demarcações luso-espanholas na América, ao impulsionar a movimentação de sujeitos entre as possessões das duas Coroas, ampliaram as possibilidades de circulação de informações orais. No caso do Rio Negro durante as demarcações, a longa permanência nessa capitania de militares e índios vindos das terras hispano-americanas propiciou contatos com os habitantes locais e a circulação de relatos orais.

A defesa dos direitos territoriais das Monarquias ibéricas na América deveria atentar para as co-

municações existentes entre os territórios coloniais limítrofes. No caso dos demarcadores portugueses na fronteira norte, importava ter informações sobre a situação militar, política e econômica das terras hispanas vizinhas. Essas informações embasavam os planos de defesa da Capitania, e mesmo a formulação de estratégias ofensivas contra os espanhóis. A partir do convívio com índios e soldados da Partida espanhola, empregados em trabalhos de demarcação no Rio Negro, os portugueses indagavam a respeito da América espanhola, obtendo assim informações que subsidiavam suas ações de defesa territorial naqueles longínquos pontos do Império ultramarino luso. É preciso também salientar que a formulação das políticas para as fronteiras não se constituía tão somente a partir das ordens e orientações vindas de Lisboa, na medida em que as atividades das autoridades locais de recolher as informações no espaço onde atuavam desempenhavam um papel proeminente na elaboração dos planejamentos para as fronteiras americanas.¹⁴

Preocupações dessa natureza certamente pesaram na ação do comandante da vila de Olivença, no Rio Negro, que colheu informações de um índio vindo de Maynas a respeito da “grandeza da América de Espanha.” Disse o índio que era possível seguir de Quito a Mato Grosso em seis meses, passando-se por um “caudaloso rio que diziam emanava para a parte de Portugal,” rio “a que os portugueses chamam Mamoré”.¹⁵ Já o comandante de Tabatinga, Francisco Roiz de Campos, sintetizou algumas das informações sobre as “fronteiras províncias espanholas” que havia alcançado por meio de “indagações” dirigidas a soldados espanhóis que passaram por sua vila.¹⁶ Na vila de Ega, no ano de 1784, o ajudante de cirurgia da Partida portuguesa, José Ferreira, conseguiu extrair de conversas com “alguns espanhóis”

14 Sobre esse ponto, Ângela Domingues tece as seguintes considerações: “Se muitas das ordens e directivas vinham diretamente de Lisboa, há que se atentar que eram os governadores e capitães-generais das diferentes capitanias os representantes da autoridade soberana do Rei Fidelíssimo no território e loco-tenentes do monarca. Eram ainda eles que tinham um conhecimento imediato do terreno e que controlavam mais rapidamente os acontecimentos que podiam ser determinantes em viagens e observações científicas. Finalmente, cumpria-lhes articular um projeto integrado de colonização e ordenamento territorial, tão mais importante se a área a considerar fosse uma zona de tensão, como a Amazônia, na época disputada pelas duas Coroas ibéricas” (DOMINGUES, 2012, p. 139-140).

15 Rio Negro, AHU_ACL_CU_020, Cx.13, D. 477 (*Projeto Resgate*). Ofício do encarregado das demarcações do Rio Negro e Capitão-General, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 30/04/1787.

16 Rio Negro, AHU_ACL_CU_020, Cx.14, D.534 (*Projeto Resgate*). Ofício do encarregado das demarcações do Rio Negro e Capitão-General, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 07/10/1788.

informações sobre Quito, principalmente sobre as forças militares estacionadas na cidade.¹⁷

Os soldados espanhóis também poderiam fornecer dados sobre a movimentação de tropas e o estado político das colônias espanholas. Os espanhóis a serviço da comissão de demarcação informaram ao oficial comandante da Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, no ano de 1781, que prosseguia a guerra da Espanha contra os britânicos, “e de novo se acham com os portos tomados e uma armada inglesa na barra da sua primeira cidade, tendo-lhe já aprisionado um grande destacamento desta sua primeira capital.”¹⁸ Em 1784, um soldado de nome Acay contou em Tabatinga que oito mil soldados tinham vindo da Europa para a América, dos quais quatro mil foram destacados para o Panamá, e a outra metade, para Lima.¹⁹

Informações como essas, obtidas durante conversações mantidas entre membros das duas partidas demarcatórias, contribuíam para que os portugueses formassem uma “imagem,” ainda que parcial e fragmentária, sobre a América espanhola, seus territórios e seu estado político e militar. O inverso também era válido, isto é, o fluxo de informações também atendia aos anseios das autoridades espanholas. Don Gaspar de Santisteban, oficial da Partida espanhola, ao conversar com um militar português confidenciou-lhe que tinha vontade de conhecer Belém, “pelas boas notícias que tinha ouvido daquela cidade” através de relatos de um desertor português que vivia em Guayaquil; esse desertor dissera a Santisteban que a cidade de Belém “era bastante grande, e que tinha muita tropa.”²⁰

Francisco Requerna e seus subordinados retornaram às terras espanholas na América no ano de 1791. A partir de então, os trabalhos de demarcação não seriam mais conduzidos por portugueses e espanhóis conjuntamente. As tensões que marcaram a convivência entre espanhóis e portugueses durante os trabalhos de demarcação no Rio Negro seriam intensificadas na

17 Rio Negro, AHU_ACL_CU_020, Cx.8, D.347 (*Projeto Resgate*). Ofício do encarregado das demarcações do Rio Negro e Capitão-General, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 03/09/1784. 18 APEP, Códice 376, Documento 07. Ofício de Marcelino José Cordeiro a João Pereira Caldas. Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, 18/07/1781.

19 Rio Negro, AHU_ACL_CU_020, Cx.8, D.330 (*Projeto Resgate*). Ofício do encarregado das demarcações do Rio Negro e Capitão-General, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 30/07/1784.

20 Rio Negro, AHU_ACL_CU_020, Cx.8, D.347 (*Projeto Resgate*). Ofício do encarregado das demarcações do Rio Negro e Capitão-General, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 03/09/1784.

conjuntura da passagem do século XVIII para o XIX. A partir da década de 1790, o caráter conflituoso das relações luso-espanholas viria a sobrepor-se às propostas de colaboração entre Espanha e Portugal, os quais seriam arrastados novamente para lados francamente opostos durante as profundas transformações iniciadas com a Revolução Francesa. Mais do que nunca, era necessário estar atento para as notícias que vinham do lado vizinho da fronteira.

A preparação para uma possível guerra não requeria apenas o reforço dos efetivos militares, mas também o acompanhamento das notícias que chegavam das terras vizinhas para poder avaliar a capacidade ofensiva do inimigo. Assim, o governador do Rio Negro mostrou-se atento às notícias de que “havia muita fome entre os espanhóis [na Província de Guayana], por estarem os ingleses na boca do Orinoco” barrando a entrada de mantimentos para zonas interiores da Capitania da Venezuela,²¹ o que poderia enfraquecer a capacidade ofensiva dos espanhóis naquele espaço fronteiriço.

Em 1801, a guerra, enfim, chegou ao Reino de Portugal, com a chamada Guerra das Laranjas, breve campanha militar espanhola na região do Alentejo, com a ocupação de praças fortes portuguesas pelos militares castelhanos. A invasão espanhola ao território metropolitano se fez acompanhar por movimentos bélicos na América Meridional, com o ataque à fortaleza de Coimbra, na Capitania de Mato Grosso, de forças espanholas oriundas de Asunción, e a anexação pelos portugueses dos Sete Povos das Missões, no extremo sul da fronteira luso-espanhola. Para avaliar se haveria também uma ofensiva militar espanhola na fronteira norte, o oficial militar José Antônio Franco navegou da Fortaleza de Marabitanas, no Rio Negro, para o forte espanhol de San Carlos, na Província de Guayana (Capitania Geral da Venezuela). Os contatos comerciais entre os oficiais comandantes das duas fortificações limítrofes eram, ao que parece, frequentes, chegando o comandante espanhol a dever ao do lado português o valor de mais de 30 pesos fortes. Esses contatos justificavam visitas recíprocas entre os oficiais dos dois lados, mesmo durante o breve episódio da guerra luso-espanhola de 1801. Ao conversar com militares e índios que serviam no forte espanhol, estes informaram a José Antônio Franco que tinham tomado conhecimento de notícias sobre a guerra entre Espanha e Portugal. Segundo souberam os habitantes daquela fronteira, os portugueses haviam tentado invadir a Espanha, tendo sido derrotados por

21 APEP, Códice 577, Documento 63. Ofício de José Antônio Salgado para Francisco de Sousa Coutinho. Barcelos, 19/11/1800.

tropas franco-espanholas que invadiram o território do Reino; a Coroa lusa havia assinado a rendição, o que abriria caminho para uma negociação diplomática francamente favorável aos interesses espanhóis.²²

As notícias que corriam na fronteira luso-espanhola da América estavam longe de constituir um relato confiável sobre o desenrolar da guerra.²³ Os relatos que chegavam ao conhecimento dos habitantes nas fronteiras, certamente através de informes oficiais, periódicos e narrativas orais, eram reelaborados segundo os padrões culturais, linguísticos e as experiências dos sujeitos locais, gestando assim versões diversificadas sobre o evento. Mas não importa, nesse caso, a questão da confiabilidade das narrativas sobre a guerra de 1801 que chegavam e circulavam nas zonas limítrofes. Em primeiro lugar, importa notar como, mesmo em pontos remotos dos domínios imperiais ibéricos, informações (ainda que imprecisas) sobre o contexto político e as relações diplomáticas entre as potências europeias circulavam, eram comunicadas e discutidas entre seus habitantes. Em segundo lugar, a demanda por essas informações respondia às exigências da prática política naquela área, isto é, o encaminhamento que as autoridades davam a questões como defesa militar e relações com os territórios confinantes. Por fim, a circulação dessas informações engendravam expectativas entre habitantes dessas fronteiras com relação aos possíveis desdobramentos no cenário americano dos conflitos que ocorriam nos territórios metropolitanos.

O último ponto mencionado acima pode ser compreendido a partir das informações prestadas pelos índios espanhóis a um índio da fortaleza portuguesa de Marabitanas: esse índio, ao conversar com os que serviam entre os espanhóis em San Carlos, tomou conhecimento sobre as preparações para a guerra que estavam sendo executadas na fronteira. Com as notícias da guerra na Europa que chegavam aos ouvidos dos habitantes do lado espanhol da fronteira, os índios estavam sendo ocupados pelos militares na produção de mantimentos, medida considerada necessária para abastecer as tropas que seriam destacadas para uma possível invasão ao território da Capitania do Rio Negro. Por todas as informações que chegavam ao conhecimento dos índios e pelas medidas que estavam sendo tomadas

na região, a opinião expressa por eles era de que, em breve, eclodiria a guerra naquela fronteira – como eles disseram ao índio do lado português: “se os castelhanos não tivessem valor não tomariam Marabitanas nem São Gabriel [povoações fronteiriças no Rio Negro], e se os portugueses também não tivessem ânimo também não tomariam San Carlos”²⁴ A “cultura da especulação,” analisada por William Slauter (2007, p. 64) para a imprensa e os círculos políticos europeus no XVIII, fazia-se presente nas formas pelas quais os habitantes das fronteiras, tomando conhecimento das informações disponíveis a partir de diferentes suportes, elaboravam suas conjecturas sobre o futuro da balança de poder das Monarquias na Europa e suas repercussões no cenário americano.

Conclusão

Na Capitania do Rio Negro nas décadas finais do século XVIII, as demarcações de limites demandavam (e possibilitavam) o fluxo de informações nos limites hispano-portugueses da América, sejam aquelas de caráter oficial (através do envio de ofícios e periódicos), sejam aquelas informais ou mesmo duvidosas (como os boatos contados durante a convivência de membros das partidas demarcadoras ou nos postos fronteiriços). As informações alcançadas a partir das interações no espaço fronteiriço do Rio Negro, e registradas pelas autoridades da Capitania, relevam as preocupações quanto aos rumos das demarcações, o conhecimento a respeito dos territórios hispano-americanos confinantes e as possíveis conformações futuras das relações imperiais, sejam as referentes ao espaço europeu, sejam aquelas que diziam respeito ao território americano. Informações sobre disputas militares envolvendo as Coroas ibéricas e outras Monarquias na Europa, rebeliões indígenas na América andina, forças bélicas e potencialidades econômicas dos territórios vizinhos e a eclosão do processo revolucionário na França eram avidamente consumidas pelas autoridades lusas envolvidas nos trabalhos de demarcação e na administração da Capitania do Rio Negro. Eram informações, por sua vez, obtidas através de troca de ofícios e periódicos entre as autoridades espanholas e portuguesas, ou mediante conversações mantidas entre os diferentes sujeitos que habitavam as povoações rio-negrinas ou que nela permaneciam temporariamente.

A circulação de informações políticas valia-se, dessa maneira, não apenas das comunicações oficiais,

22 APEP, Códice 577, Documento 68. Ofício de José Antônio Franco. Marabitanas, 24/11/1801.

23 A rápida campanha militar de 1801 (ocorrida entre final de maio e início de junho) foi facilmente vencida pelas forças espanholas, sem a participação direta de efetivos franceses e sem uma ofensiva dos portugueses contra o território espanhol (PEDREIRA & COSTA, 2008, p.92).

24 APEP, Códice 577, Documento 68. Ofício de José Antônio Franco. Marabitanas, 24/11/1801.

como também das teias de relação vigentes nas zonas limítrofes, ligando sujeitos dos dois lados dos domínios ibéricos. Diferentes fontes traziam dados sobre a política internacional e o estado dos territórios contíguos, compondo o acervo de informações a partir do qual as autoridades no Rio Negro interpretavam a conjuntura e seus possíveis desdobramentos, bem como decidiam as medidas a serem postas em prática para a defesa da fronteira. O fluxo de informações nas zonas limítrofes agregavam diferentes fontes e meios de divulgação, resultando em leituras múltiplas sobre um mesmo fato. Nesse sentido, algo semelhante foi apontado por Robert Darnton em relação às sociedades europeias. Segundo o autor, “as mídias do Antigo Regime eram misturadas. Elas transmitiam um amálgama de sobreposições, interpenetrando mensagens faladas, escritas, impressas, desenhadas e cantadas” (DARNTON, 2001, p. 20) Tomando como referência a interpretação de Darnton, pode-se afirmar que a maneira como ocorria a circulação de informações na fronteira luso-espanhola não diferia substancialmente do que se passava em outras sociedades de Antigo Regime, consistindo parte importante da forma como os sujeitos da época construam suas interpretações políticas e formulavam suas expectativas de futuro.

Referências

BASTOS, Carlos Augusto. “Os perigosos Domínios de Hespanha: contatos e tensões na fronteira luso-espanhola da Capitania do Rio Negro (1780-1808)”. *Revista Dia-Logos*, 5, 2011, p. 87-89.

BELO, André. “Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da *Gazeta de Lisboa*”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 10 (22), 2004, p. 15-35.

BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

BROWN, Richard D. *Knowledge is Power: The Diffusion of Information in Early America, 1700-1865*. New York, Oxford University Press, 1989.

COPELAND, David. “America, 1750-1820”. In: BARKER, Hannah, BURROWS, Simon (ed.). *Press, Politics and the Public Sphere in Europe and North America 1760-1820*. Cambridge University Press, 2004, p. 140-158.

DARNTON, Robert. “Uma precoce sociedade da informação: As notícias e a mídia em Paris no século XVIII.” *Varia Historia*, 25 (01), 2001, p. 9-51.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português em finais de Setecentos.” In: *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*. Lisboa, CHAM, 2012, p. 135-150.

_____. “Capitania de São José do Rio Negro”. In: SILVA, Maria Beatriz. N. da (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1994, pp. 718-722.

ELLIOTT, John H. *Imperios del Mundo Atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2011.

GONZÁLES CRUZ, David. “Propaganda y fuentes de información en la prensa periódica de la América hispana durante las guerras del siglo XVIII.” *Obradoiro de Historia Moderna*, n. 20, 2011, p. 355-384.

INNIS, Harold A. *Empire and Communications*. Victoria/Toronto: Press Porcépic, 1986.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, Contra o Império. História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LAPA, José Roberto A. “Do Comércio em Área de Mineração.” In: *Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 15-110.

LOPES, Siméia de Nazaré. *As Rotas do Comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c.1790 a c.1830)*. Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

O’PHELAN GODOY, Scarlett. *Un Siglo de Rebeliones Anticoloniales: Perú y Bolivia, 1700-1783*. Lima: IEP e IFEA, 2012.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROSAS LAURO, Claudia. *Del Trono a la Guillotina: El Impacto de la Revolución Francesa en el Perú (1789-*

1808). Lima: IFEA, Fondo Editorial de la PUCP, Embajada de Francia en el Perú, 2006.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A Produção das Minas do Alto Peru e a Evasão de Prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus Editora, 1998.

SERULNIKOV, Sergio. *Revolución en los Andes: La Era de Túpac Amaru*. Buenos Aires, Sudamericana, 2010.

SLAUTER, William. *News and Diplomacy in the Age of the American Revolution*. PhD Thesis. Princeton: Princeton University, 2007.

TENGARRINHA, José. *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa, das origens a 1865*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2013.

TORRES, Simeia Maria de S. *Onde os Impérios se Encontram: Demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791)*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social, PUC-SP, 2011.

VIDAL, Josep Juan, MARTINEZ RUIZ, Enrique. *Política Interior y Exterior de los Borbones*. Madrid: Ediciones Istmo, 2001.

VILLALTA, Luís Carlos. (1997). “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura.” In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385.

Recebido em: 07/08/2015

Aprovado em: 23/11/2015